



Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dúlio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdorniro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1992**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Preis, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Geraldo Cartário, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Nelson Garcia, Ovídio Constantino e Rafael Greca de Macedo (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a sessão por 10 minutos, para que os Senhores Deputados possam cumprimentar o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Renato Pedroso; o Procurador Geral da Justiça, Delazari e o Presidente do Tribunal de Contas, Rafael Iatauro, na Sala da Liderança do PST.

(Sessão suspensa)

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 183/92, constante da 23ª Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 25.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação do Projeto de Lei nº 183/92, constante da 23ª Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe sobre reajuste dos níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **APROVADO NESTE TURNO O PROJETO E POR APRECIAR A EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 184/92**

PARECER:

Designado relator pelo Presidente desta C.C.J., tendo em vista que parecer exarado pelo relator anteriormente indicado foi rejeitado, estamos oferecendo nossa análise sobre a Emenda de Plenário nº 03, de autoria da Bancada do PT.

Trata-se de proposta idêntica às que ofereceram nos demais projetos de reajuste.

Não assistimos nenhum impedimento legal e discordamos do entendimento inicial do relator anterior, que preliminarmente rejeitou esta emenda, por ter sido incluída com as demais, para o Projeto nº 182/92. Toleramos o engano, de caráter meramente administrativo e sem nenhum prejuízo ao seu conteúdo.

Opinamos favoravelmente à emenda e que ela seja, em seu mérito, apreciada pelo

douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda: Rejeitada.

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 183/92, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 183/92, que objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranguá e Antonina - APPA, reajuste de 60% (sessenta por cento), em duas parcelas, sendo 30% (trinta por cento) a partir de 1º/06/92 e 30% (trinta por cento) a partir de 1º/07/92, calculados sobre os valores de maio. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 88 de 16.06.92).

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 48/92, os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam reajustados conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação as duas (02) Emendas: de nºs 07 e 08.

Emenda de nº 07: **Aprovada.**

Emenda de nº 08: **Aprovada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu volto a lembrar o que nós aprovamos na Sessão anterior, que é a garantia do que estabelece a Lei nº 8.330 e nesse momento, se houve a rejeição naquela oportunidade, no mínimo, a coerência deve permanecer quando da votação nessa 2ª discussão e tive também a informação da Mesa de que nesse caso, a emenda já está prejudicada. Qualquer tipo de discussão nesse sentido estaria prejudicada, porque a emenda tinha sido

aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não é verdade, não é verdade!

O SR. PAULO MAIA - Quem me informou foi a Presidência da Mesa e não Vossa Excelência, e eu estou aqui, garantindo um direito dos servidores representados. Não um direito do Governador, porque fui eleito pelo povo, não pelo Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda foi aprovada em 2ª discussão e necessita mais uma votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão.

Aprovada.

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Doze (12) Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito (18) Senhores Deputados rejeitam a Emenda.

Rejeitada a Emenda.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Apenas para justificar o nosso voto.

Eu lamento profundamente, como Funcionário do Estado do Paraná, isso que acaba de ser aprovado por este Plenário é um direito destes Servidores.

É lamentável que mais uma vez o Servidor Público do Estado do Paraná tenha que se curvar ao desejo do Governador, quando rejeita uma emenda desta iniciativa.

A Lei 8.330 foi conquistada por estes trabalhadores em 1986.

Por isso registro aqui o meu voto contrário, assim como o voto desses Deputados presentes e que tiveram a coragem de votar o direito dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Discussão do Projeto de Lei nº 186/92

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, não vamos votar o 182 com o Projeto? Porque as emendas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só os Projetos, Sr. Deputado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Então eu quero justificar, Sr. Presidente, o voto da Bancada do PT.

Hoje, já na Sessão anterior, o Líder do Governo colocou que algumas das emendas eram inconstitucionais. A inconstitucionalidade colocada pelo Líder do Governo é quando qualquer Projeto é a favor do Governador, aí o Governo diz se é inconsti-

tucional. Se for para prejudicar os trabalhadores, aí não é inconstitucional.

Nós votamos favoráveis não só a esta emenda mas a todas as outras porque visava corrigir erros salariais do Sr. Governador. Eu acho, e nós achamos que inconstitucional é o baixo salário que procuramos corrigir nas emendas. É inconstitucional e imoral é o regime de fome a que estão submetidos os Servidores Públicos.

Justificou, para derrubar as emendas, o Líder do Governador, que o Diretor Erickson Diotalevi, está preocupado com a situação do Servidor.

Eu conheço bem o Dr. Erickson Diotalevi. Foi Diretor de Administração da Prefeitura de Curitiba. E ele realmente é muito preocupado com o Servidor Público, preocupado em exterminar pela fome, assim como o Governador tem a mesma preocupação e o que está fazendo com o Servidor Público fizeram conosco, funcionários públicos do Município. Diz que na próxima Mensagem vai corrigir isso, corrigir as diferenças salariais dos soldados da PM, vai corrigir as diferenças salariais dos professores, de todo mundo.

Nós servidores públicos, sejamos do município ou do Estado ou Federal, sempre ouvimos dizer que o mês que vem vai corrigir, há 10, 15 anos. É todo o mês é a mesma coisa. Estas Emendas visavam garantir a bimestralidade, e o mínimo, é a reposição salarial de acordo com os índices da inflação. Diz que só vai corrigir em agosto. Eu pago para ver o Governador corrigindo em agosto as perdas salariais da Administração dele e das anteriores, porque os compromissos com os banqueiros, com os empreiteiros, das Administrações anteriores, ele está cumprindo, com os servidores Públicos ele não tem cumprido. E nós o queremos cumprido agora em agosto. E cobramos do Líder do Governo a palavra, que ele cumpra essa.

O Governo Requião, ontem, diz que passou pela banca do IAPAR em Londrina e fez gozações. Isso ele sempre fez, com todos os servidores públicos e com todos os trabalhadores, como quando numa greve de professores do Município de Curitiba, ele disse que a greve existia porque eram mulheres mal casadas. Se fossem bem casadas não precisavam dar aulas. Esse é o compromisso que tem o Governador Roberto Requião com os servidores e com os trabalhadores!

Por isso é que nós, da Bancada do PT, aqui presentes, eu e a Lygia Pupatto, votamos favoráveis a todas as Emendas, porque nós não contribuimos com achatamento salarial. Não contribuimos com o massacre que se tem feito com os servidores públicos do Estado.

É esta a razão a nosso voto!

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 186/92, de autoria do Tribunal de Justiça Of. n.º 066/92, que reajusta os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça, Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., vigentes em maio de 1992, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMENDA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO. COM PARECERES FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Emenda do Tribunal de Justiça aprovada.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1.^o de junho de 1992, tem como limite a remuneração prevista no art. 15 da Lei n.º 9.937 de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 161/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.^o - A remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1.^o de junho de 1992, tem como limite a remuneração prevista no art. 15 da Lei n.º 9.937 de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.92.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que em mensagem agora encaminhada, na qual se definem os vencimentos para a Magistratura do Estado do Paraná, bem como seus reajustes, consta expressa vedação a toda e qualquer vinculação aos vencimentos e à remuneração da Magistratura, é necessário que se estabeleça critério outro para a aplicação do chamado "limitador constitucional" para os servidores do Poder Judiciário;

considerando que o chamado "limitador constitucional" deve ser determinado na mais alta remuneração dentre os cargos do Poder Executivo, de acordo com o inciso XII do artigo 37 da Constituição Federal e inciso XII do artigo 27 da Constituição Estadual;

considerando, finalmente, a existência inquestionável de sensível diferença conceitual entre "funcionários" e "membros de um poder, é que se encaminha a presente mensagem, visando regulamentar a aplicação do limitador constitucional".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 161/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça, dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário a partir de 1º de junho de 1992, tendo como limite a remuneração prevista no Artigo 15 da Lei 9937, de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores.

O Artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, dispõe, expressamente que "...a Lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito".

Como Princípio Constitucional recebido pela Constituição do Estado, no Paraná a matéria recebeu tratamento correto dispondo, textualmente, que "...a Lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração em espécie, a qualquer título, por Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores, e nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito".

Infer-se, com clareza, que as Constituições Federal e do Estado Paraná buscaram contemplar, sem dúvidas, a separação entre os Poderes de modo a alcançar também uma desvinculação financeira que contemple a utilização de "limitadores", ou "redutores", tão somente no âmbito dos respectivos poderes instituídos. Tal previsão é necessária para que se preserve cada um destes Poderes da interferência dos demais. Assim, um "limitador" do Executivo não poderá incidir sobre a condição salarial própria do Legislativo ou Judiciário, e é justamente isso que acarreta o Projeto de Lei 161/92.

A instituição do Regime Jurídico Único não é absolutamente, condicionada à utilização de um redutor comum, mas depende, sim, da efetiva implantação da isonomia de

tratamento gerencial dos recursos humanos entre os vários Poderes instituídos. Assim, não é motivo - o Regime Jurídico Único - para o cometimento de flagrante inconstitucionalidade de adotar-se "redutor" salarial de um Poder sobre outro Poder, quando a disposição constitucional assegura a possibilidade, tão somente, de sua adoção no âmbito das respectivas esferas de competência.

A Justificativa do Projeto de Lei aduz, ainda, consideração da existência de "sensível diferença conceitual entre "funcionários" e "membros" de um poder...". Realmente a diferença conceitual existe, mas não é aplicável ao caso, tendo em vista que ambas as Constituições dispõem, expressamente como já mostrado, a utilização dos "limitadores" da remuneração dos "servidores públicos" no caso "servidores públicos" do Poder Judiciário (que são funcionários) - com base na remuneração dos "desembargadores" - que são "membros" deste Poder Judiciário. Portanto a alusão à diferença conceitual entre "membro" e "funcionário" de um poder é dispensável na questão, já que inexistente qualquer indeterminação conceitual diante da clareza do texto expresso que denomina a relação entre estes "funcionários", (servidores públicos) e os membros do Poder (os desembargadores).

Assim, a utilização de "limitador" "redutor" salarial instituído em um Poder sobre outro Poder posta-se como efetiva ingerência constitucionalmente vedada, eivando de ilegalidade e inconstitucionalidade o Projeto de Lei nº 161 na forma como originalmente apresentado, opinando pela sua não tramitação e apreciação por esta Casa de Leis, devendo ser apresentado "substitutivo" que sane o vício de origem. S.M.J. é o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 161/92

SUBSTITUTIVO GERAL

O Projeto de Lei 161/92 terá a seguinte redação:

Art. 1º - Fica fixado como limite máximo de remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de junho de 1992, o valor recebido em espécie, a qualquer título, pelo exercício do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, na forma dos artigos 37, XI, da Constituição Federal e 27, XI, da Constituição Estadual.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Substitutivo ao Projeto de Lei que estabelece limites à remuneração dos servidores do Poder Judiciário justifica-se pela flagrante inconstitucionalidade da proposta como originalmente apresentada. A utilização de limitador salarial de um Poder instituído na esfera de outro Poder instituído, como pretende o Projeto na sua forma original contraria o disposto no Artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, e Artigo 27, inciso XI, da Constituição Estadual, segundo os quais deverão ser observados como limites máximos os valores percebidos como remuneração em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos poderes. Na forma original do Projeto de Lei 161/92 aplicava-se "limitador" do Poder Executivo sobre remuneração do Poder Judiciário, o que é vedado pelas Constituição Federal e Constituição Estadual.

O próprio Tribunal de Justiça, em vários Mandados de Segurança já teve oportunidade de decidir no sentido de que:

"O limite máximo dos vencimentos dos integrantes do Quadro do Poder Judiciário e, pois, da impetrante, não poderá ultrapassar os ganhos de Desembargador em atividade, limitação esta expressamente convencionalizada pelo Tribunal ..." (Acórdãos números 1250, 1249 - O.E.).

Assim, face e inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei 161/92 em sua forma como originalmente apresentada, impõe-se a necessidade de aprovação do presente Substitutivo Geral.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 161/92

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1° de junho de 1992, tem como limite a remuneração prevista no art. XV da Lei n° 9937 de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores.

O nosso parecer é FAVORÁVEL com Substitutivo Geral apresentado pela Douta Comissão e Justiça.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

Em discussão.

O DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Eu peço licença ao Senhor Presidente e aos demais Deputados, eu vou citar o Projeto de

Curitiba, quinta, em 25.06.92

Lei n° 161/92, Projeto n° 166/92, Projeto de Lei n° 167/92, Projeto de Lei n° 173/92, Projeto de Lei n° 187/92, Projeto de Lei n° 191/92, Projeto de Lei n° 192/92. Todos eles em 1ª discussão, em Regime de Urgência.

Portanto, nós não tivemos oportunidade de analisar todos, como devem ser analisados, em razão de não conseguirmos ter feito num breve espaço de 15 minutos, de 30 minutos de uma Sessão para outra, a análise destes Projetos. Para não pecar, dizer que votamos contrários ou favoráveis, e errar por falta de análise, nós da Bancada do PT nos retiramos da Sessão e protestamos, dizendo que não vamos votar no que não deu tempo de ser analisado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sem querer polemizar com o Deputado Florivaldo Fier, do PT, ele alega que não teve tempo de analisar estes Projetos.

Eu estou vendo aqui na Ordem do Dia e posso acompanhar pelos avulsos anexos aos Projetos, este Projeto a que ele se refere e os demais, eles tramitaram pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Comissão de Finanças, tem Substitutivo Geral da C.C.J., com parecer favorável da Comissão de Finanças.

Então, eu não sei, me parece que o Projeto tramitou, foi apreciado e não procede, realmente, a questão levantada pelo Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputados que aprovam o Projeto de Lei 161/92, conservem-se como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 166/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 923/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DO Tribunal de Contas com PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 78/92, ofício n° 923/92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 166/92

PARECER

De autoria do Tribunal de Contas do Paraná, órgão auxiliar do Poder Legislativo, dispõe o Projeto de Lei ora em análise sobre remuneração dos membros do referido órgão, fixando o vencimento básico dos Conselheiros, a partir de 1° de junho do ano em curso, em CR\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais, acrescido da verba de representação

ditada pela Lei 8089/85, que é de 170% (cento e setenta por cento) - mas o anteprojeto oculta - bem como a de que a remuneração não poderá exceder àquela percebida pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal (sic) e veda qualquer vinculação aos vencimentos ou remuneração dos conselheiros.

No que pese a técnica legislativa é evidente que a proposição deve ser reparada, senão vejamos:

a) se é para se dar publicidade à remuneração, nada mais óbvio que se transpareça o valor da "verba de representação" que é de 170% conforme a Lei nº 8089/85;

b) se o art. 77, § 3º, da Constituição Estadual determina que os vencimentos dos Conselheiros serão os mesmos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, não vemos porque mencionar legislativamente, devam eles não exceder a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, máxime o que dispõe o art. 37, incisos XI e XII da Constituição Federal que dizem:

"a Lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre o maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;"

"os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superior aos pagos pelo Poder Executivo;"

c) da mesma forma quando no art. 3º pretende vedar "toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Conselheiros" esquece - e a técnica legislativa com isso não se compadece - que tal vedação decorre da Lei Maior Federal, no mesmo e referido art. 37, em seu inciso XII, razão porque não vislumbramos deva ser ele mantido.

d) O art. 4º veio em duplicidade.

Por isso tudo, nos manifestamos favoravelmente, ressaltando e adaptando o disposto nos § 2º do art. 1º e os arts. 2º e 3º, que deverão, uns ter a redação modificada e outros expungidos, razão que nos leva, nesta oportunidade, a apresentar Substitutivo ao Projeto, com as alterações que especifica.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 166/92 SUBSTITUTIVO GERAL

Dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 01 de junho de 1992, é fixado em CR\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - A verba de representação mensal dos Conselheiros continua a corresponder ao percentual de 170% (cento e setenta por cento) estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

§ 2º - A remuneração dos Conselheiros não poderá exceder, a qualquer título, a dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Art. 2º - Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão revistos nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 9.048, de 04 de julho de 1989 e demais disposições em contrário.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 166/92

P A R E C E R

De autoria do Tribunal de Contas, ofício nº 166/92, dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

A presente proposta ao ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Esta Comissão ao examinar a matéria, concluiu não existir óbices de qualquer natureza a sua tramitação normal.

Isto posto somos de parecer FAVORÁVEL a sua APROVAÇÃO, conforme substitutivo em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

DIRCEU MANFRINATO - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 1º - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido em 20% a partir de 1º de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal dos Conselheiros continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

Art. 2º - Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão revistos nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Conselheiros.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) RAFAEL IATAIRO

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 166/92

PARECER:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado, o presente projeto de lei dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dá outras providências.

Esta Comissão de Finanças ao examinar a matéria concluiu não existir óbices de qualquer natureza a normal tramitação do mesmo.

Isto posto somos de parecer FAVORÁVEL na forma do substitutivo do Tribunal de Contas do Estado, ofício nº 1.053.

Sala das Comissões, em 25.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/92, de autoria do Tribunal de Contas Of. nº 924/92, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 167/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O vencimento básico do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas,

a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo Único - A verba de representação mensal do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas corresponde ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

Art. 2º - Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - Os Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, nos casos de licença, férias, afastamentos ou vacância do cargo, serão substituídos por funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal, bacharéis em direito, que preencham os mesmos requisitos exigidos para o titular, por designação do Presidente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 167/92

PARECER

Trata-se de Anteprojeto de Lei enviado a esta Casa pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

O substitutivo anexo a este visa alterar o parágrafo 1º e introduzindo o 2º no art. 1º e ainda suprimindo o art. 3º dar clareza ao pretendido na mensagem, e embasa a matéria dentro da relevância constitucional que a envolve.

É que a Carta Republicana de 88 estabeleceu como competência privativa dos Tribunais de Contas:

"A criação e a extinção de cargos e fixação de vencimentos de seus membros... dos serviços auxiliares

Mas, por seu turno, verifica-se claramente que a matéria incluída no art. 1º do Projeto, deva ser cuidada e disposta, por óbvio, na Lei Orgânica do Tribunal de Contas, pois não pode ter respaldo em lei que apenas trata de fixar os vencimentos básicos do Procurador Geral junto ao Tribunal.

Além disso trata da substituição de integrantes da carreira do Ministério Público junto ao Tribunal ao qual se aplicam princípios institucionais, inclusive os da independência funcional.

Daí por que, data vênica indevida e ilegal a pretensão de estabelecer regras e princípios que devam obrigatoriamente ser objeto de mencionada Lei Orgânica.

Assim nos manifestamos à aprovação do

Projeto de Lei, com as ressalvas apresentadas no Substitutivo ao Projeto, com as alterações que contém.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 167/92

Dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências.

Art. 1° - O vencimento básico do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1° de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1° - A verba de representação mensal do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas corresponde ao percentual de 170% (cento e setenta por cento) estabelecido pela Lei n° 8.089/85.

§ 2° - A remuneração do Procurador Geral não poderá exceder, a qualquer título, a dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Art. 2° - O vencimento estabelecido no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) COLOMBINO GRASSANO

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 167/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 167/92, originado do Ofício número 924/92 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Finanças, nada obsta à normal tramitação e apreciação da matéria pelo Plenário desta Assembléia Legislativa do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
PAULO MAIA - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

AO PROJETO DE LEI N° 167/92

Art. 1° - O vencimento básico do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1° de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e tre-

zentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1° - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido de 20% (vinte por cento) a partir de 1° de julho do corrente ano.

§ 2° - A verba de representação mensal do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas corresponde ao percentual estabelecido pela Lei n° 8.089/85.

Art. 2° - O vencimento estabelecido no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3° - Os Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, nos casos de licença, férias, afastamentos ou vacância do cargo, serão substituídos por funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal, bacharéis em direito, que preencham os mesmos requisitos exigidos para o titular, por designação do Presidente.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) RAFAEL IATAURO

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 167/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei é oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice a sua normal tramitação.

Diante do exposto, somos de parecer FAVORÁVEL, na forma do Substitutivo Geral apresentado pelo Tribunal de Contas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 173/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 173/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado e dos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, ativos e inativos, a partir de 01 de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 3.590.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - A verba de representação mensal dos cargos tratados nesta lei, continua a corresponder ao percentual estabelecido na Lei nº 8089/85.

§ 2º - A remuneração dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas, ativos e inativos, não poderá exceder, a qualquer título, a dos Conselheiros do mesmo Tribunal.

Art. 2º - O vencimento fixado no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - As despesas resultantes desta lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9366, de 12 de setembro de 1990, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.92.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 173/92

P A R E C E R:

O presente projeto, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, objetiva dispor sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal e dá outras providências.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão, não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 173/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 173/92, foi enviado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e trata sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao

referido órgão, e dá outras providências.

Esta Comissão foi chamada a opinar, com relação à constitucionalidade e legalidade da matéria.

Sendo assim, nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

PROJETO DE LEI Nº 173/92

Art. 1º - O vencimento básico dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado e dos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, ativos e inativos, a partir de 01 de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 3.590.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido em 20% (vinte por cento) a partir de 1º de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal dos cargos tratados nesta lei, continua a corresponder ao percentual estabelecido na Lei nº 8089/85.

§ 3º - A remuneração dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas, ativos e inativos, não poderá exceder, a qualquer título, a dos Conselheiros do mesmo Tribunal.

Art. 2º - O vencimento fixado no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - As despesas resultantes desta lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9366, de 12 de setembro de 1990, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.92.

(a) RAFAEL IATAURO

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 173/92

P A R E C E R:

O presente projeto, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

No âmbito desta Comissão, não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo Geral

apresentado pelo Tribunal de Contas.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/92, de autoria do Tribunal de Contas, Of. nº 1007/92, que reajusta, nos meses de junho e julho de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários ativos e inativos do Quadro do Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 90, Of. nº 1007/92, T.C.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 187/92

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício nº 1007/92, do Tribunal de Contas do Estado, o Projeto de Lei em tela objetiva reajustar, na forma que especifica, os níveis de vencimentos dos funcionários ativos e inativos do Quadro de Pessoal daquela Corte de Contas.

Analizada a constitucionalidade da matéria, não encontramos óbices de qualquer natureza, que impeçam a tramitação da mesma, razão pela qual nos posicionamos FAVORAVELMENTE.

Sala das Comissões, em 23.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 187/92

P A R E C E R:

O Plano de Lei, em espécie, logrou PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Respeitou-se a privatividade de iniciativa, no caso, do Tribunal de Contas do Estado.

Cumpriu-se a isonomia paritária, na forma do que estabelece o § 1º, do artigo 39, da C.F.:

"A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho".

Houve a preocupação com o respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Nestas condições, não vemos óbices constitucionais, legais ou regimentais, bem como dentro dos parâmetros da técnica legislativa, o presente Projeto de Lei merece Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos da magistratura do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Substitutivo Geral da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 191/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico dos Desembargadores, a partir de 01 de junho de 1992, é fixado em CR\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais, acrescido de 20%, a partir do dia 1º de julho do mesmo ano.

§ 1º - A verba de representação mensal dos Desembargadores continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

§ 2º - A remuneração dos Magistrados não poderá exceder, a qualquer título, a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo anterior, será realizada na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais.

Art. 3º - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Magistrados.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 9.048, de 04 de julho de 1989 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 191/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Judiciário Estadual, dispõe o presente Projeto de Lei sobre os vencimentos da Magistratura, fixando o vencimento básico dos Desembargadores, a partir de 01/06/92, em CR\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais, acrescido de 20% (vinte por cento), a partir do dia 01/07/92, acrescido da Verba de Represen-

tação de 170% prevista na Lei 8.089/85.

O art. 3º, que se retira, procura vedar vinculação qualquer ao vencimento da Magistratura repetindo ditame constitucional que não se justifica e pode até dar vezo a controvertida interpretação já que as Constituições Federal e Estadual dispõem e ressalvam o que pode ser contemplado com o instituto da vinculação de vencimentos. (art. 77, parágrafo 3º, da Constituição Estadual).

A Verba de Representação contida no Parágrafo Primeiro deve ser explicitada.

Assim, nos manifestamos favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei nº 191/92, com as ressalvas apontadas, cuja redação deverá ser modificada, pelo qual apresentamos, nesta oportunidade, o Substitutivo anexo.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 191/92

Art. 1º - O vencimento básico dos Desembargadores, a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em CR\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros), mensais, acrescido de 20%, a partir do dia 1º de julho de 1992.

§ 1º - A verba de representação mensal dos Desembargadores continua a corresponder ao percentual de 170% estabelecido pela Lei 8.089/85.

§ 2º - A remuneração dos Magistrados não poderá exceder, a qualquer título, a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo anterior, será realizada na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais, mediante Lei.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão a conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 9.048, de 04 de julho de 1989 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 191/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei é de autoria

do Tribunal de Justiça, e dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sobre a matéria já houve o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma de Substitutivo.

Chamada a opinar, esta Comissão, dá seu parecer FAVORÁVEL na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Projeto nº 191/92 tem um Substitutivo Geral da C.C.J., e na pauta aqui consta um Projeto completamente diferente, uma segunda remessa feita pelo Tribunal de Justiça que não foi objeto ainda de apreciação pela C.C.J..

Talvez tenha havido um lapso da assessoria de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. está falando no seu substitutivo ou do Tribunal de Justiça?

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Foi encaminhado um substitutivo na C.C.J. e o Tribunal de Justiça deve ter encaminhado, junto, um outro Projeto de Lei que foi incluído na Ordem do Dia sem ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça. Deve ter havido um lapso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. labora em equívoco porque a Mensagem é única, não há outra mensagem.

Há um substitutivo apresentado por V.Exa? Levando em conta que é a primeira discussão que versa sobre a constitucionalidade, na segunda nós vamos verificar o que realmente aconteceu ou está acontecendo.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 191/92 conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. ALGACI TÓLIO (Pela Ordem) - Não é por ser em primeira votação e discussão que a Bancada do PDT permanece no Plenário para que haja, para que se consiga agilizar esse processo de votação.

Não querendo criticar a atitude da Bancada do PT, mas, evidentemente, haveria tempo até a próxima segunda-feira para que nós, parlamentares, pudessemos analisar esses Projetos votados, até certo ponto, a toque de caixa em primeira votação.

Por isso nós, Bancada do PDT, PL, PSDB permanecemos em Plenário para dar condi-

ções de que possa ser feita a folha complementar para os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o Projeto de Lei nº 191/92. Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 92, de 22.06.92. Mens. PGJ nº 003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 192/92

PARECER:

O referido projeto, encaminhado a esta Casa através do Ofício nº 003/92, pelo Procurador Geral de Justiça objetiva alterar a partir de 1º de junho do corrente ano, os vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como dar outras providências, substituindo, inclusive, o Projeto de Lei nº 165/92, atualmente em tramitação por esta Casa.

Analisada a constitucionalidade da presente matéria, entendemos não haver óbices à sua tramitação, razão pela qual somos de parecer FAVORÁVEL, com a única modificação apresentada sob a forma de nova redação para o Art. 4º, na forma que segue:

"Art. 4º - Os vencimentos estabelecidos no Art. 1º serão revistos mediante lei, nas mesmas datas e pelo mesmo índice fixado para os serviços públicos estaduais."

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ALBINO CORAZZA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 192/92

PARECER:

O presente Projeto de Lei é de autoria da Procuradoria Geral da Justiça e dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

A matéria já foi devidamente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça que ofereceu parecer favorável com emenda.

Chamada a opinar, esta Comissão dá seu parecer FAVORÁVEL na forma da Emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Apenas para registrar na Casa, mais uma vez, mas, provavelmente, a economia que o Governo do Estado fará com a revogação da 8330, assaltando o inativo do Estado do Paraná, serve para reforçar o caixa em momentos como esse: utilizar o dinheiro do povo para buscar Deputados, de avião, pois se encontravam fora.

Isto é lamentável e gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, haja vista aquilo que nós já requeremos no início da Sessão Plenária durante a Sessão Ordinária, no sentido de que pudéssemos dispensar o interstício regimental para aprovarmos as matérias constantes na Ordem do Dia, eu apelo a V.Exa. no sentido de que façamos, logo em seguida, uma segunda Sessão Extraordinária para que possamos aprovar a redação final do Projeto de Lei 182, que versa sobre o aumento dos servidores públicos estaduais do Paraná.

Tendo em vista, que a única emenda aprovada de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, ela altera apenas um número do inciso II do artigo 7º. E com isso aprovado, evidentemente, poderá S.Exa. o Governador efetuar já, a partir de segunda-feira, o pagamento dos servidores públicos com os aumentos aprovados durante essa semana.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de matéria relevante.

Consulto o Plenário se podemos fazer mais uma Sessão Extraordinária.

O SR. ALGACI TÓLIO - Senhor Presidente, o Líder do Governo já está exigindo demais da Oposição. E como sempre, a Oposição tem marcado aqui a presença constante, procurando dar o "quorum" a este Plenário, que se fosse só pela Bancada do Governo e pelos seus aliados, não daria "quorum".

Evidentemente que nós já colocamos há minutos atrás a nossa posição. Votamos em primeira discussão esses projetos porque haverá tempo até segunda-feira para fazer uma análise mais profunda. Não podemos agora ser incoerentes no que dissemos há poucos minutos em nome dos demais companheiros de Bancada de Oposição fazendo mais uma sessão. Acho que haverá tempo suficiente segunda-feira de fazermos duas sessões extraordinárias e será esta pauta de projetos para a extraordinária. Não podemos ficar atropelando tudo aí, a "três

por quatro", votando sem saber o que está se votando, se está correto ou não, apenas para atender o Governo do Estado que manda matéria em cima da hora aqui para a Assembléia.

A posição nossa aqui, é de que nós vamos nos retirar do Plenário para não dar "quorum".

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - A proposta da Liderança do Governo é apenas para o Projeto 182? Se estabelece para Projeto 182, por que não também para o Projeto 186 que trata do reajuste dos servidores do Tribunal de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto 184 parece que não recebeu emendas. O projeto foi aprovado e há um requerimento do Deputado Lourenço Fregonese que requer dispensa de votação da redação final. É o caso desse projeto. Está liquidado este.

O SR. PAULO MAIA - Então o 186 fica aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto 186 sofreu emenda e vai à terceira discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Mas nós poderíamos fazer mais duas sessões extraordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Da parte da Mesa não há nenhum óbice.

Eu gostaria que houvesse entendimento entre as lideranças.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu volto a repetir, é a inclusão dos Projetos 182 e 186 e mata-se a questão. Acho que aí fica definido.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, apenas para contribuir.

Já que não existe despesa adicional quando houverem sessões extraordinárias para a Assembléia, uma vez que não se paga mais "jetons" para sessões extraordinárias, eu não vejo por que não podemos fazer uma sessão extraordinária onde votaremos a redação final do Projeto 182 e a 3.ª discussão com a aprovação do 186. E

logo em seguida uma nova sessão extraordinária para aprovarmos a redação final do 186.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - A questão não é de não ganharmos mais "jetons" e estarmos aqui para votar.

Nós sempre estivemos aqui para votar muito mais do que a Bancada do Governo, que muitas vezes se mantém ausente aqui da Casa. A questão é a forma como vai se votar. É saber o que está se votando. Não podemos agradar a galeria apenas por estarmos aqui votando. Temos que analisar o projeto.

Eu proponho duas sessões amanhã cedo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas mais um esclarecimento.

Para que possamos rodar as folhas de pagamento há necessidade que aprovemos essa matéria hoje, para que elas possam ser sancionadas ainda hoje por S.Exa. o Governador e publicada no Diário Oficial de amanhã, para que na segunda-feira possam estar os pagamentos implantados.

Caso contrário, se deixarmos para segunda-feira, nós, evidentemente aprovando na segunda-feira, só será publicado na terça-feira e o pagamento não poderá ser feito na segunda e nem na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa suspenderá a sessão por cinco minutos para que haja entendimento entre as lideranças.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

Está reaberta a presente sessão, e encerrada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após a presente, com a seguinte

ORDEN DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 182/92.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 186/92.

Levanta-se a sessão.